

informativo 342

Uberlândia/MG - 23/6/09
- Edição Semanal -
imprensa@adufu.org.br



ASSEMBLÉIA GERAL DA ADUFU-SS

Dia: 25/6/09 (quinta-feira)

Horário: 17h

Local: Anf. da Biblioteca do
Campus Santa Mônica da
UFU

- 1) Informes;
- 2) Proposta do GT Carreira Nacional - carreira única para docentes das Instituições Federais;
- 3) Mudança no Regime de Dedicção Exclusiva;
- 4) Conad - Eleição de Delegado(a);
- 5) Outros assuntos.

Carreira docente e fim da DE na pauta da Assembléia da ADUFU-SS



Reunião da Direção Colegiada da ADUFU-SS realizada em 18/6/09

A ADUFU-SS realizará no dia 25/6/09, às 17h, no anfiteatro da biblioteca do Campus Santa Mônica da UFU, uma Assembléia Geral que terá na pauta a discussão da proposta do Grupo de Trabalho do ANDES-SN para a carreira docente e a proposta do governo federal de acabar com a Dedicção Exclusiva como regime de trabalho.

A última reunião da Direção Colegiada Ampliada da ADUFU-SS, que contou com uma boa participação, começou a discutir a questão (Veja texto na página 2 e 3 e análise do ANDES no site da ADUFU).



Boletim ADUFU

Toda terça-feira:

7h30 / 13h30 / 22h

FM Universitária - 107,5 Mhz

Também disponível em
www.adufu.org.br

SEMINÁRIO

Aberto da ADUFU-SS

**Liberdade e
autonomia sindicais
X
Estrutura oficial
de Sindicalismo**

Participação: Profa. Dra. Patrícia Vieira Trópia
Ciências Sociais/UFU

Dia: 2 de julho (quinta-feira)

Horário: 17h

Local: Anfiteatro do Bloco X
(Campus Santa Mônica da UFU)



Seminário sobre Sindicalismo

Acontecerá no dia 2 de julho, quinta-feira, no anfiteatro do Bloco X do campus Santa Mônica, às 17h, o seminário *Liberdade e autonomia sindicais X Estrutura oficial de Sindicalismo*, abrindo as atividades de formação e cultura na atual gestão. A exposição será feita pela Profa. Dra. Patrícia Vieira Trópia, do Departamento de Ciências Sociais/UFU.



Análise Sobre a Proposta de Carreira

Entender, resistir, elaborar, disputar e avançar

A conjuntura posta sobre a qual atuamos é complexa, grave e inclui a continuidade da ofensiva governamental e de suas bases sociais e políticas de apoio sobre direitos dos docentes das IFES. As já difíceis condições de trabalho a que estamos submetidos, precarizadas por uma série de mecanismos, cujo sentido último é o da intensificação da jornada de trabalho, agora incluem o que pode ser a pá de cal sobre a dedicação exclusiva como regime de trabalho.

Os verbos que intitulam este texto precisam ser conjugados, na prática, por todos nós, sob pena de vermos um autêntico rolo compressor triturar a carreira docente no sistema público federal de ensino superior. Pontuar aspectos sobre cada um deles é objetivo desta reflexão.

O conteúdo e o significado da proposta governamental

O governo federal está propondo o fim da dedicação exclusiva como regime de trabalho, convertendo-a em gratificação. Semestralmente, cada docente em regime de 40 horas optaria entre receber essa nova gratificação ou ganhar por projeto de pesquisa com financiamento externo.

Os recursos para o financiamento destes projetos seriam administrados pelo Gestor de Projetos, responsável por um **Núcleo de apoio à pesquisa, extensão e consultoria** que seria criado nos moldes das fundações de apoio.

As implicações mais graves dessa proposta são estas:

a) A remuneração por projeto representa sérios condicionamentos

acerca do que pesquisar, principalmente se for levado em consideração que fontes de financiamento não-orçamentário ampliariam a possibilidade de pautarem a pesquisa, o ensino e a extensão na universidade, ferindo, ainda mais, a autonomia universitária prevista na Constituição Federal.

b) A dependência dos núcleos de apoio representaria um fator de indução para áreas, temáticas e abordagens que interessassem a governos, empresas e demais entidades ou organizações com poder de definir metas, procedimentos etc. para as pesquisas.

c) a pesquisa submetida ao Núcleo de apoio e a possibilidade de financiamento não-orçamentário induzem também a fratura entre salários de docentes das áreas técnicas e humanas, uma vez que as primeiras tendem a ter maiores chances de financiar projetos de pesquisa por meio da iniciativa privada.

d) Precarização da remuneração mensal. Após décadas de luta pela incorporação das gratificações, horizonte ainda distante, a conversão da dedicação exclusiva em gratificação é uma afronta ao que nos tem motivado nesse campo.

e) A temporalidade semestral reintroduz, de certa forma, a lógica da disputa constante por recursos escassos, numa espécie de “estado de natureza hobbesiano”, ou, para nos lembrarmos da linha de continuidade entre a atual proposta governamental e a ante-sala da GED/GID, numa reedição do PID (Programa de Incentivo à Docência). O PID foi a primeira tentativa do

governo FHC para que tivéssemos até 43% de nossa remuneração em função de uma gratificação e isso de forma que apenas 75% dos docentes de cada IFES pudessem recebê-la integralmente. Rigorosamente falando, entre o PID e a GED/GID, a diferença foi que esta poderia ser paga, integralmente, à totalidade dos docentes, desde que obtivessem a pontuação mínima necessária a tanto.

f) Haverá uma maior fratura entre salários e aposentadorias, evidenciando que o objetivo é cortar “gastos” com a remuneração da força de trabalho docente.

g) Serão acrescentados mais dois segmentos da categoria docente, os da gratificação DE e os de adesão aos projetos. Dividir para governar, velho lema do império britânico, ganhará mais uma modalidade para a finalidade de fragilizar o movimento docente.

Por fim, os significados dessa proposta são:

1. Estabelecer uma política de envolvimento dos docentes com metas definidas de forma heterônoma, através das fundações ditas de apoio.

2. Pavimentar o caminho para a diversificação das fontes de financiamento das IFES e para a diferenciação estrutural e apriorística entre centros de excelência e periferia do sistema de ensino superior, sabidamente o cerne do Banco Mundial para a educação superior nos países capitalistas periféricos.

Resistir a essa proposta é imperativo, sem trégua ou concessões.



Análise Sobre a Proposta de Carreira

A atualização da proposta de carreira única (Caderno 2 do ANDES-SN)

A resistência aludida é condição necessária, porém insuficiente para o embate político que envolve nossa carreira. Atualizar a proposta histórica, construída há décadas, de carreira única é imprescindível, sem o que não teremos como disputar orientação política nesse campo, comprometendo, inclusive, o quadro de negociações com o governo.

Neste sentido, o que, fundamentalmente, o GT Carreira Nacional está propondo para que nosso projeto de carreira única seja atualizado?

A tabela abaixo é a peça chave para compreendermos o que esse GT encaminhou às ADs para que, até o dia 26 de junho, seja debatido e devolvido, com sugestões e críticas, ao âmbito nacional, para subsidiar o ANDES-SN na negociação com o governo.